

TRABALHO EM ANDAMENTO

VIOLÊNCIA LINGÜÍSTICA

Oswaldo Piedade da Silva¹

O presente trabalho é o esboço de uma investigação de mestrado. Trata-se, assim, do oferecimento de alguns pressupostos e do levantamento de questões que implicam um novo olhar sobre a questão da discriminação e da violência lingüística.

Em um país como o Brasil a pergunta parece ter um tom de ironia, isso porque ações violentas estão presentes em nosso cotidiano com uma força que assusta a todos. É forte o movimento social que busca denunciar e combater as diversas formas de violência, particularmente as que decorrem da estrutura social desigual e que tende a penalizar com mais rigor negros, mulheres e jovens. Ações afirmativas, como o Estatuto do Adolescente, as leis contra a discriminação racial e a instituição de centros de atenção a mulher são exemplos disso. Há, contudo, formas de violências ainda submersas, como é o caso da violência lingüística.

É nesse contexto que a buscamos, num diálogo entre Educação e Lingüística, Antropologia, Sociologia, História, trazer para discussão o tema da Violência Lingüística, algo relativamente inusitado, já que mesmo entre as posições lingüísticas mais avançadas, se fala em preconceito e discriminação lingüística, mas nunca se dá o passo para o debate específico da violência.

O debate sobre preconceito e discriminação lingüística não é novo, encontrando respaldo, no Brasil, em Gnerre (1984), Geraldi (1984, 1993), Possenti (1985), Ilari (1985) e, mais recentemente em Britto (1997; 2003) e Bagno (1999; 2000; 2002), entre outros.

Assim, Gnerre pondera que:

¹ Educador, estudante do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, com suporte da Fundação Ford, sob orientação do prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto. Email:

Nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos referenciais. Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade “cultura” ou “padrão”, considerada geralmente “a língua”, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um “corpus” definido de valores, fixados na tradição escrita. (Gnerre, 1983, p.4)

Essas abordagens representam um marco significativo no debate sobre uso e ensino da linguagem, fazendo parte do movimento que iniciado nos anos setenta do século passado pôs em questão os paradigmas tradicionais de ensino e das concepções tradicionais de certo e errado no uso da linguagem.

Nesse sentido, objetiva-se com o presente texto instigar, provocar, incitar, discussões que possam auxiliar no entendimento e no debate sobre Violência Lingüística no sentido de se construir conceitos e explicitações que justifiquem mudanças teóricas e práticas na compreensão do fenômeno lingüístico, principalmente no que diz respeito ao uso, e no processo educativo.

Esta problematização encontra também suporte nas reflexões de Freire (1982;1983; 2000) e Vygotsky (1993; 1994), uma vez que se move na direção da emancipação incondicional da compreensão do ser humano enquanto sujeito histórico, reflexivo, inacabado e mutável socialmente, portanto, dotado de capacidades de comunicação e de produção real. Para Freire,

No caso do processo educativo quanto no do ato político, uma das questões fundamentais é a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, fazemos a educação e desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. Entendemos então, facilmente, não ser possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder. (Freire, 1982, p. 27).

Portanto, o que se pretende aqui é direcionar nossos olhares para uma forma de violência que a sociedade ainda não reconhece, como violenta. Tal forma de violência, antecipamos deste já, manifesta-se em seu sentido nativo como em seu sentido analítico, o que significa distingui tipos de violência: a física - real, materializada em atos sociais – e a psicológica, que poderíamos aproximar do conceito de violência de Bourdieu.

Violência: o que é?

No sentido estrito, literal, violência (do latim *violentia*) significaria “força que se usa contra o direito e a lei”. Em seu sentido corriqueiro, entretanto, o termo tem significados mais amplos, sendo

usado genericamente como sinônimo de agressão, constrangimento, violação de direito, propriedade, corpo, opressão física ou psicológica. Estes termos denotam que a ação violenta é um ato que se pratica contra alguém ou alguma coisa.

De imediato, percebe-se que a violência, para existir, precisa de condições plurais para se concretizar, ou seja, é produzida em relações sociais e interpessoais historicamente estabelecidas. Em uma abordagem mais objetiva desse conceito, poderíamos dizer que violência significa agir sobre alguém ou sobre alguma coisa com objetivo de provocar dano físico, moral ou psicológico.

Seguindo esse raciocínio, a sociedade moderna – a exemplo de outra -, através do estabelecimento de leis e outros mecanismos cria formas de combate à violência que vão da punição contra os praticantes de violência à criação de mecanismos que visem torná-la visível, além de criar instituições que acolhem, protegem e buscam recuperar o ser violentado. Há, ainda, a tendência crescente de quantificar a violência em suas diferentes manifestações, seja para demonstrar seu custo social, seja para avaliar e reparar danos verificáveis aos que foram a ela submetidos, seja ainda para estabelecer políticas de pacificação.

Em nosso país, notícias sobre furtos, seqüestros, torturas, homicídios, latrocínios, estupro, genocídios, infanticídios impregnam o cotidiano, a tal ponto que temos dificuldades em compreender que outros atos praticados contra a pessoa humana, se não forem imediatamente de natureza física, são também formas de violência, capazes de causar tantos danos quanto as outras formas. Entre essas formas está a violência psicológica, que embora já esteja prevista na legislação jurídica como crime, apresenta-se de forma complexa e de difícil caracterização, até porque sua compreensão depende em grande parte de fatores culturais, políticos e sociais não consensuais.

Poderíamos pensar em outros casos de violência psicológica que, infelizmente, sequer são consideradas como tal. Imagine o que sofre aquele trabalhador (a) que perdeu o emprego nos dias atuais, ou aquele que sai do trabalho, às cinco horas da tarde, sem a certeza de que no dia seguinte estará ainda empregado. O quanto não é torturante a incerteza do amanhã. Pensemos ainda no jovem de vinte anos que está terminando o Ensino Médio e vê seus sonhos de ir para uma faculdade cada vez mais distante, porque o ingresso em uma instituição pública de ensino superior, se distancia, seja pelo número de vagas, seja pela concorrência desumana que, de imediato, lhe subtrai o sonho. Essas situações são tão violentas quanto as praticadas por seqüestradores que aterrorizam vítimas inocentes. Tanto uma situação como a outra agride a capacidade da pessoa de realização de ações futuras. Com um agravante no primeiro caso: como a incerteza e a destruição de sonhos não estão previstas entre as formas institucionais de violência, elas passam despercebidas, sendo admitidas como situações naturais da vida.

O que queremos dizer é que a violência, enquanto fenômeno social, está presente de muitas formas no jogo das relações em sociedade. Ela pode ser física (emprego da força com objetivo de provocar danos a terceiros) ou psicológica (agressão emocional), que não produz marcas físicas visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indeléveis.

Uma das características mais significativas de muitas formas de violência psicológica é a de que o agressor faz com que o violentado se sinta culpado, inferior, incompetente, incapaz e, ao mesmo tempo,

não se sintam ou não sejam reconhecidos como tal. O interessante nesse tipo de violência é que o agressor sempre se justifica de seus atos como se fossem legítimos e de vital importância. Esse tipo de pensamento se aplica bem, por exemplo, a violência praticada em dias atuais na sociedade ocidental contra grupos religiosos e religiões como o Islamismo, o Candomblé e, em certos casos, contra o Judaísmo.

A violência, no âmbito social mais geral, origina-se de vários elementos conjugados, mas em essência resulta de conflitos políticos e ideológicos que se fundam na ideia de desigualdade como constitutiva da vida; ou na suposta superioridade étnica de certos grupos. No caso histórico da violência étnica contra os negros nas Américas, é fruto da dominação de classe, que, usando de todos os meios possíveis, luta para manter sua posição de privilégio.

Em um caso real específico é difícil prever ou imaginar as implicações das ações de violência, só se pode dizer que ela incide de forma avassaladora sobre a humanidade das pessoas provocando uma destruição que pode minar as mais sólidas estruturas. É importante dizer, que no jogo das ações violentas o violentador movido pelo sentimento de dominação vale-se de muitos mecanismos com o intento de fragilizar o máximo possível os violentados evitando que estes se rebelem e invertam sua posição. Lembramos do que diz Paulo Freire ao comentar que o dominado assimila a dominação.

Isso gera, nos dizeres de Geraldi, uma “rarefação do sujeito violentado diante do violentador” (comunicação pessoal). Esse tipo de ação leva o violentado a assimilar e aceitar as investidas de violência de seu violentador, o que geralmente o conduz a nutrir sentimentos de inferioridade, de incompetência, de impotência, de pequenez, impotência, que somados sedimenta e alicerçam a conformação de dominação e de permanência da violência, de tal forma que o seu reconhecimento como violentado é praticamente impossível.

Nessa linha de raciocínio Bourdieu, ao comentar o poder exercido pelas construções simbólicas nas relações em sociedade, denuncia o que chama de “violência simbólica”. Ao retomar uma discussão posta de certa forma em Marx (quando este comenta sobre a ideologia dominante) e retomada por Gramsci (quando este discute o papel da cultura na sociedade de classe), discute o poder das representações simbólicas no jogo das relações sociais, e alerta:

Toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seu impacto, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa nem livre adesão a valores. [...] O poder de sugestão exercido através das coisas e das pessoas é a condição de eficácia de todas as espécies de poder simbólico capazes de se exercerem em seguida sobre um habitus predisposto a senti-las. [...] O traço próprio da dominação simbólica reside precisamente no fato de que ela supõe, da parte de quem a sofre, uma atitude que desafia a alternativa ordinária entre a liberdade e a coerção. (Bourdieu, 1998, p.37-39).

Nesse sentido, o poder das representações simbólicas sustenta uma estrutura inteira de dominação e é meio de sua manutenção. Esse é um processo histórico que se alimenta das contradições por ele próprio geradas, no sentido de que ora se vale das aproximações formais, e não essenciais mensuráveis dos desiguais, ora das desigualdades essenciais e aparentemente não formais.

Isso explicaria, de certa forma, por que se insiste em colocar desiguais em situações de suposta igualdade ou tratar dominação e violência como ações necessárias e indispensáveis para o bom funcionamento das relações sociais. Nas sociedades modernas a divulgação e fixação dessa farsa foi distribuída a várias instituições, que, por serem construtos da história, muitas vezes, nem se percebem na função que acabam por desempenhar.

A violência lingüística

Se tudo aquilo que atenta contra os indivíduos, sejam ações que maculem fisicamente ou psicologicamente as pessoas, é considerado violência, é perfeitamente possível falar em Violência Lingüística.

Antes, porém, de continuar é preciso distinguir o que será caracterizado de violência lingüística de violência verbal. Esta é geralmente realizada através de uma ação de linguagem em que através do uso de expressões como palavrões e xingamentos ou de elocução mais intensa ou ainda pela ironia, o enunciador ataca seu oponente fazendo uso de palavras ou expressões consideradas ofensivas em um dado contexto ou cultura. É certo que se usa da palavra ou da voz em muitos contextos para agredir alguém, mas, nesse caso trata-se de violência comunicativa.

Ao falar em violência lingüística estamos nos referindo especificamente ao uso da linguagem como instrumento de violação humana, que estigmatiza grupos sociais, povos, nações e que se manifesta também em atos concretos contra indivíduos.

Erving Goffman (1988, p.12) explica o conceito de estigma da seguinte maneira:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros. [...]. Deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. [...]. O termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. Em todos os caso de estigma, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. A questão do estigma surge onde há alguma expectativa, de todo os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la.

Além disso, nos referimos aos processos de produção e reprodução de modelos de avaliação das formas lingüísticas efetivamente realizadas e que se articulam as formas de construção de poder e modelo de ser na sociedade moderna.

As palavras não são neutras, a língua não é neutra. A idéia de que as palavras nomeiam e, simplesmente por que nomeiam, o sentido está dado – de que elas não são portadoras de sentidos outros além daqueles que se supunha ou que se encontram nas definições de dicionário—, essa idéia faz com que sejamos traídos pela língua, sejamos manipulados ou agredidos na linguagem.

Não há como nos desenrendarmos da teia das palavras, e de seus sentidos, e de suas implicações. Não temos como falar delas senão estando usando elas, e dentro dos espaços em que elas circulando têm significação. Esta é uma idéia clara e cara para Bakhtin (1981, p. 41): “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.

Como veremos, esta forma de violência se manifesta em ações objetivas e tem um forte substrato simbólico, constituído, num longo processo histórico, por um forte aparato de reprodução das relações de desigualdade e de poder.

Para Bourdieu (1998, p. 28)

Jamais se deveria esquecer que a língua, em razão da infinita capacidade geradora, mas também, originária, no sentido kantiano, que lhe é conferido por seu poder de produzir para a existência produzindo a representação coletiva reconhecida, e assim realizada, da existência, é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto.

Deve-se reconhecer que a língua, em sua forma discursiva, dispõe de poder. Contudo não representa fim no conjunto das relações sociais, e sim meio. Ela é produto e, portanto, é passível de ser manipulada, forjada, modificada, e claro, serve para excluir. Pode ser utilizada para atender fins políticos, religiosos, afetivos, etc. Ao se estabelecer um modelo para todos, se reforça o poder e se criam as condições de violência objetivas e subjetivas.

É verdade também que a língua, enquanto produto social, é de domínio público. Contudo quando a idéia de público introduzido no discurso político moderno, subordina-se à idéia de democracia, que embora etimologicamente sugira participação igualitária, no discurso moderno burguês significa objetivamente respeito ao diferente, com tendência a manutenção das desigualdades.

Na lógica democrática burguesa as diferenças e os conflitos são reconhecidos, porém, encarados como parte integrantes do processo de desenvolvimento do progresso e do fluxo civilizatório, cabendo ao Estado, hipoteticamente neutro, a arbitragem e a formulação de ações para equacionar distúrbios da ordem democrática.

Na formulação destes dispositivos estão instituições como a escola, apresentada como portadora de capacidades extraordinárias e isentas de posição de classe ou política, para mediar as relações.

Na área da linguagem, esse processo se deu pelos estudos e ações políticas que tenderam à caracterização da língua enquanto unidade sistêmica que se impõe aos falantes, isenta de interferência histórica, ora como fato social inevitável, ora como capacidade inata e específica da espécie humana.

A base sobre a qual se sustenta a violência lingüística é a instituição, no interior de uma língua, de uma instância lingüística considera “oficial” ou “legítima” (Bourdieu, 1998), que se não nega, toda forma de variação as define como desvio, erro, impropriedade. Esta instância legítima se constitui de um aparato poderoso de cultura, que inclui uma modalidade escrita relativamente estável e uma indústria gráfica que a reproduz, instituições que teriam direito legislativo sobre ela (por exemplo: as academias, a universidade e a escola), instrumentais técnicos concretos (por exemplo: dicionários,

compêndios, gramáticas) e, eventualmente, leis. Nem sempre suas determinações são explícitas e ocorrem também em níveis em que não há propriamente uma legislação, como no caso da prosódia e da fonética. Alimentada por um longo processo histórico, a língua legítima, tende a ser aceita e divulgada como natural e recebe forte atenção da mídia.

Em outra dimensão, a violência ocorre pela associação de línguas de valor, de amplo uso e associadas aos países economicamente mais forte, a línguas de menor valor e, até, línguas exóticas (como seus povos). Daí decorre o estranho, mas usual conceito de língua de cultura. Sirva de exemplo, no caso do português, a expressão “língua de índio”, quando se quer desmerecer uma forma de fala não legitimada pela cultura superior.

Enfim, considerando que este é um estudo exploratório e inaugural de uma linha de pesquisa, cremos ter justificado a necessidade de avançar o debate político-educativo e lingüístico para além do reconhecimento da variação e, a partir daí, da explicitação do preconceito e da discriminação, assumindo plenamente o conceito de violência lingüística, que deve ser denunciada e combatida como todas as outras formas de violência.

Referências

- BAGNO, M. (org.) **Dramática da língua portuguesa**. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. **Preconceito lingüístico – o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BRITTO, L. P. L. **Contra o consenso – cultura escrita, educação e participação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- _____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. **A importância do ato de ler – em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas, SP: Mercado de Letras / ALB, 1996.
- _____. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. (org.) **O texto na sala de aula**. Cascavel, PR, Assoeste, 1984. Edição revista: São Paulo: Ática, 1997.
- GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática**. Campinas, SP: Mercado de Letras / ALB, 1996.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1994.